



AGENDA LEGISLATIVA

11 A 15 DE MARÇO DE 2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (12/3)

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 14h30

PL 6603/2016 - "Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para determinar a impenhorabilidade do imóvel onde funciona a empresa individual, a micro e pequena empresa." Item nº 14.

Autor: Francisco Floriano (DEM/RJ)

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Jorge Goetten (PL-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei nºs 10.321/2018, 685/2021, 5.460/2020 e do PL 919/2021, apensados, com substitutivo.

CASP - COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO / Anexo II, Plenário 08, 15h00

Reunião de Instalação e Eleição – Finalidade: Instalação da comissão e eleição de presidente e vice-presidentes

CICS - COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 15h00

PLP 35/2023 - Dispõe sobre isenção dos tributos federais compreendidos no Simples Nacional para microempresas com receita bruta anual de até R\$ 96.000,00 Item nº 1.

Autor: José Medeiros (PL/MT)

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Jorge Goetten (PL-SC), pela aprovação.

PLP 100/2023 - Altera a Lei Complementar Nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Item nº 2.

Autor: Jorge Goetten (PL/SC)

Relator: Heitor Schuch (PSB/RS)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Heitor Schuch (PSB-RS), pela aprovação.

PL 678/2019 - Institui o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor. Item nº 3.

Autor: Weverton

Relator: Jorge Goetten (PL/SC)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Jorge Goetten (PL-SC), pela aprovação, com substitutivo.

Quarta-feira (13/3)

CCTI - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO / Anexo II, Plenário 13, 10h00

Reunião de Instalação e Eleição – Finalidade: Instalação da comissão e eleição de presidente e vice-presidentes

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

REQ 266/2023 - Requer a realização de Audiência Pública para debater a instituição do Dia Nacional da Robótica. Item nº 1.

Convidados:

- Ministério da Educação;
- Ministério de Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Prof. Rhuan Martins Rios Lisboa - Técnico da equipe de
- FTC StormTech Canaã 16054 residimos dentro do Sesi da Vila Canaã, Goiânia -GO.

Autor: Delegada Adriana Accorsi (PT/GO)

CESPO - COMISSÃO DO ESPORTE / Anexo II, Plenário 04, 13h00

REQ 5/2024 - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Especial dos Esportes Eletrônicos, para debater os esportes eletrônicos como mecanismo para inclusão social de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidades. Item nº 5.

Autor: Márcio Marinho (REP/BA)

CIDOSO - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA / Anexo II, Plenário 12, 13h00

PL 3021/2011 - Acrescenta o inciso III ao art. 30 da Lei nº 11.196, de 2005, que "Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica." Item nº 4.

Explicação: estabelece que o prazo limite para venda de equipamentos eletrônicos com alíquota zero não se aplica no caso de venda efetuada para pessoas idosas

Autor: Rubens Bueno (CID/PR)

Relator: Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), pela aprovação, com substitutivo.

CMULHER - COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER / Anexo II, Plenário 14, 13h30

Reunião de Instalação e Eleição – Finalidade: Instalação da comissão e eleição de presidente e vice-presidentes

CPASF - COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA / Anexo II, Plenário 07, 14h00

PL 8963/2017 - Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a restituição, a empresa cedente de mão de obra, de saldo remanescente de contribuição social. Item nº 6.

Autor: Fernando Collor

Relator: Laura Carneiro (PSD/RJ)

Parecer: Parecer da Relatora, Dep. Laura Carneiro (PSD-RJ), pela aprovação do PL 8963/2017 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria, Comércio e Serviços, com substitutivo.

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR / Anexo II, Plenário 08, 14h00

PL 3281/2019 - Altera o parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para atualizar o valor da pena de multa. Item nº 10.

Autor: Vinicius Carvalho (REP/SP)

Relator: Márcio Marinho (REP/BA)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Márcio Marinho (REP/BA), pela aprovação, com emenda.

PL 2321/2021 - Altera a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a responsabilidade solidária proporcional. Item nº 19.

Explicação: estabelece que intermediários e fornecedores serão penalizados de maneira proporcional em caso de ofensas aos direitos do consumidor.

Autor: Felipe Carreras (PSB/PE)

Relator: Márcio Marinho (REP/BA)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. Márcio Marinho (REP/BA), pela aprovação.

PL 4919/2023 - Acrescenta art. 49-A, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), com o objetivo de vedar a realização de cobrança automática após o período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. Item nº 33.

Explicação: veda a cobrança automática ao fim de período de teste ou de experimentação de produto ou serviço. A manutenção do contrato ficará condicionada à autorização expressa do consumidor; o silêncio deverá ser interpretado como recusa.

Autor: Romero Rodrigues (PODE/PB)

Relator: José Nelto (PP/GO)

Parecer: Parecer do Relator, Dep. José Nelto (PP-GO), pela aprovação.

CCOM - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO / Anexo II, Plenário 11, 14h00

Reunião de Instalação e Eleição – Finalidade: Instalação da comissão e eleição de presidente e vice-presidentes

Quinta-feira (14/3)

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 04, às 9h

Reunião Técnica – Tema: Seminários dos GTs paralelos da regulamentação da Reforma Tributária.

GT 8 – Reequilíbrio de Contratos de Longo Prazo

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 04, às 13h

Reunião Técnica – Tema: Seminários dos GTs paralelos da regulamentação da Reforma Tributária.

GT 11 – Coordenação de Fiscalização do IBS e da CBS

Sexta-feira (15/3)

OUTROS EVENTOS / Anexo II, Plenário 04, às 9h

Reunião Técnica – Tema: Seminários dos GTs paralelos da regulamentação da Reforma Tributária.

GT 12 – Contencioso Administrativo do IBS e da CBS

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Quarta-feira (13/3), 14h00

PL 2796/2021 - Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia. Item nº 2.

Explicação: define jogo eletrônico (excluindo máquinas de azar, como caça-níqueis), regulamenta o uso dos videogames para aprendizado e para fins terapêuticos, bem como dispõe sobre o tratamento tributário dos videogames. Prevê ainda estímulo do Estado à formação de programadores e envolvimento de adolescentes com o desenvolvimento de videogames.

Autor: Kim Kataguiri

Relator: Pendente

Parecer: Pendente

Quinta-feira (14/3), 11h

PDL 929/2021 - Aprova o texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019. Item nº 2.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relator: Pendente

Parecer: Pendente

Terça-feira (12/03)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PL 4849/2019 - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, para determinar a divulgação, pelos gestores de banco de dados, da metodologia adotada na estimativa da pontuação de crédito de pessoas naturais e jurídicas, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Item nº 5.

Autor: Ciro Nogueira (PP/PI)

Relator: Laércio (PP/SE)

Relatório: Favorável à matéria e contrário à emenda nº 1-CAE.

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 1372/2021 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial. Item nº 1.

Explicação: determina a adoção de regras e critérios igualitários entre homens e mulheres para determinação dos níveis salariais no âmbito das empresas, cria medidas de transparência em relação à distribuição salarial por sexo, proíbe a demissão ou a adoção de medida em prejuízo da proteção jurídica de trabalhador que tenha faltado ao serviço para depor como testemunha em processo trabalhista, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Teresa Leitão (PT/PE)

Relatório: Pela aprovação, com substitutivo

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

PL 4436/2020 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a corrupção entre particulares. Item nº 2.

Explicação: Tipifica a corrupção entre particulares como o recebimento de vantagem indevida, como empregado ou representante de empresa ou instituição privada, para favorecer a si ou a terceiros, direta ou indiretamente, ou aceitar promessa de vantagem indevida, a fim de realizar ou omitir ato inerente às suas atribuições. Também é alcançado pela regra o agente corruptor. Ambas os sujeitos ativos e passivos da conduta estão sujeitos à pena de um a quatro anos, e multa.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Capitão Styvenson (PODE/RN)

Relatório: Favorável ao PL nº 4436/2020, com uma emenda (substitutivo) que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 4628/2020.

Quarta-feira (13/03)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h00

PL 3618/2021 - Acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais. Item nº 2.

Explicação: Trata de critérios para qualificação de entidades privadas como "organizações sociais" para executarem serviços públicos nas áreas de ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatório: Favorável ao Projeto, com dez emendas que apresenta.

PL 2607/2021 - Acrescenta inciso VII ao art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regula as licitações e contratos administrativos, para estabelecer como requisito para habilitação a verificação do cumprimento das quotas de aprendizagem e dá outras providências. Item nº 5.

Autor: Dr. Zenaide Maia (PSD/RN)

Relator: Flavio Arns (PSB/PR)

Relatório: Favorável.

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho. Item nº 8.

Explicação: estabelece regras para o regime híbrido de trabalho, tais como: prestação de serviços em regime híbrido constará expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado, e poderá ser estipulada em período semanal ou mensal.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Relatório: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

CMA - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 09h00

PL 4363/2021 - Institui o Selo Nacional ASG, conferido as empresas que investem em ações e projetos de motivação ambiental, social e de governança. Item nº 2.

Explicação: institui a adoção dos critérios ASG (Ambiental, Social e Governamental) na identificação de empresas que assumem compromissos na área socioambiental e de governança, fornecendo prioridade no acesso a recursos e melhores condições de financiamento com juros reduzido em instituições financeiras públicas e privadas; prioridade para desempate em licitações públicas; tramitação prioritária em procedimentos administrativos necessários para o exercício legal da atividade; e, permissão para utilizar o Selo ASG em seus produtos, rótulos, embalagens e propagandas.

Autor: Mecias de Jesus (REP/RR)

Relator: Otto Alencar (PSD/BA)

Relatório: Pela aprovação, com as 6 emendas que apresenta.

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

PL 777/2022 - Altera o art. 287 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever que a apologia de crime ou criminoso pode ser perpetrada por meio da internet, inclusive redes sociais. Item nº 1.

Explicação: acrescenta ao Código Penal que apologia ao crime ou criminoso também por ser cometida pela internet ou em redes sociais.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

Relatório: Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

REQ 3/2024 - Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil, a fim de compreender as razões para a persistência desse problema social, acompanhar as medidas em andamento para combatê-lo em seus diferentes aspectos e elaborar proposições legislativas, quando pertinentes, para o enfrentamento dessas questões. Item nº 25.

Autor: Veneziano (MDB/PB)

REQ 11/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2628/2022, que “dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais” Item nº 26.

Convidados:

- Atragames;
- ABA - Associação Brasileira de Anunciantes;
- Conselho Digital do Brasil;
- Rafael Leite, New South Institute NSI;
- Rodrigo Nejm, Especialista;
- Labsul - Laboratorio de Direitos Humanos;
- InternetLab.

Autor: Izalci (PSDB/DF)

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

PEC 3/2020 - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos. Item nº 1.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP/RS)

Relatório: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta.

CCT - COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 11h00

PL 4465/2021 - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor de saúde, com vistas à sua capacitação produtiva e tecnológica e dá outras providências. Item nº 1.

Explicação: entre outros, direciona os recursos do FNDCT prioritariamente para a superação de desafios sanitários e epidemiológicos do Sistema Único de Saúde, inclusive para a implementação, manutenção e recuperação de infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica na área da saúde; possibilita a pessoa jurídica excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), até 100% (cem por cento) dos dispêndios com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica na área de saúde; e, destina as subvenções, prioritariamente, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a projetos de inovação voltados para a superação de desafios sanitários e epidemiológicos do SUS, inclusive para o desenvolvimento de equipamentos médico-hospitalares, insumos, medicamentos e imunizantes.

Autor: Delegado Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relator: Izalci (PSDB/DF)

Relatório: Pela aprovação do projeto.

REQ 2/2024 - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre as ações do Ministério para o ano de 2024. Item nº 3.

Autor: Jornalista Carlos Viana (PODE/MG)

Relator: Pendente

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 14h30

Audiência Pública - Tema: Debater temas relativos aos projetos de lei a serem apreciados pela comissão.

Convidados:

- Angela Andrade Dantas Mendonça, conselheira do Conselho Federal de Contabilidade;
- Isac Santos, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - Sindifisco Nacional
- João Grognet, procurador-geral Adjunto da Dívida Ativa, na Procuradoria da Fazenda Nacional;
- Christian Rainier Imaña, auditor fiscal da Secretaria de Fazenda de Minas Gerais;
- Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal;
- Thales Alves Freitas, presidente do Sindireceita;
- George Alex Lima de Souza, presidente da Delegacia Sindical do Sindicato dos Auditores da Receita no Distrito Federal – Sindifisco/DF.